

Kingston, R. (2011). The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. *Libraries & the Cultural Record*, 46(1), 1–25.

PEDRO DIOGO PEREIRA CÂMARA

Mestrando em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
pedroschool@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5533-3687>

“The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive”, da autoria do Professor Doutor Ralph Kingston, artigo publicado pela célebre revista científica norte-americana, *Libraries & the Cultural Record*, reúne importantes considerações acerca do desenvolvimento das práticas arquivísticas modernas inerentes à Revolução Francesa, bem como da sua tese referente às preocupações materiais dos revolucionários franceses, movidos por um notável sentido de necessidade imediata de natureza apolítica, adotando-se uma abordagem inovadora no tocante à problematização da conceção de Arquivo enquanto *lieu de mémoire* e do conceito de *respect des fonds*.

Antes de mais, importa tecer breves anotações acerca do percurso académico do autor do texto historiográfico. Neste sentido, Ralph Kingston, doutorado pela University of London (UCL), é Professor Associado e Investigador no Departamento de História da Auburn University. Dedicado ao estudo da História Cultural e dos Movimentos Sociais, com especial preponderância para a Revolução Francesa, Ralph Kingston conta com uma prolífera bibliografia, destacando-se, a título de exemplo, *Bureaucrats and Bourgeois Society: Office Politics and Individual Credit in France, 1789-1848* (Kingston, 2012) e “Trading places: Accumulation as mediation in French ministry map depots, 1798-1810” (Kingston, 2014). Desta forma, o seu contributo tem sido, verdadeiramente, singular no que concerne ao campo

científico da *Material History*, sendo a sua investigação basilar para a compreensão das especificidades do caso francês.

Interessa considerar as problemáticas e objetivos adjacentes ao respetivo texto, atendendo, por sua vez, à sua utilidade para o campo historiográfico das Mentalidades e Cultura Contemporânea e da Arquivística Histórica. Como já fora referido, “The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive” materializa uma reflexão deveras interessante no que diz respeito à interpretação das características fundamentais da organização e preservação documental, inserida num contexto particular, neste caso, a Revolução Francesa, procurando-se compreender que “the development of modern archival practices during (...) the French Revolution was determined not only by concepts of law (...) but also by material concerns” (Kingston, 2011, p. 2). De uma forma ímpar, Kingston promove uma argumentação profunda e multifacetada dos processos e dinâmicas que acabaram por sustentar um conjunto diversificado de procedimentos e técnicas arquivísticas, herdeiras do período revolucionário, que viriam a ser determinantes para a evolução da gestão, tratamento e conservação de documentação. Num registo problematizante, o autor congrega uma parte assinalável das suas teses a respeito desta matéria, retratada ao longo da sua carreira académica.

Na verdade, Ralph Kingston propõe-se a escrutinar o valor dos Arquivos do Antigo Regime, as políticas implementadas no rescaldo do Termidor, a memória do Novo Regime e os princípios e critérios prático-materiais que justificariam uma série de ações desencadeadas pelos revolucionários, no sentido de compreender “the fashioning of the archive as a *lieu de mémoire*” (Idem, p. 19). De facto, a iniciativa do investigador norte-americano constituiu-se um contributo distinto para a academia, assumindo-se como um aprofundamento e reflexão em torno dos conceitos fundamentais da Arquivística, em grande medida, produtos da Revolução. No cômputo geral, é privilegiada uma exposição clara dos conteúdos apresentados, sem nunca descurar a complexidade e amplitude interpretativa da temática.

O artigo em análise, “The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive” encontra-se organizado em cinco partes distintas, sendo o primeiro instante destinado à introdução da problemática central e dos objetivos primordiais do texto historiográfico mediante uma breve sistematização dos conteúdos a aprofundar. No fundo, o autor procede a um levantamento do estado de arte, estabelecendo o ponto de partida da sua argumentação, sustentada nos princípios da materialidade histórica que motivaram muitos dos comportamentos e *modus operandi* revelados pelas arquivísticas franceses durante as múltiplas etapas da Revolução. Neste sentido, o Professor Associado

da Auburn Universidade advoga que “historians of vandalism and conservation during the French Revolution have treated the archive as an idea (...) and have largely ignored its material history” (Idem, p. 2). Segundamente, com o claro propósito de compreender o valor dos Arquivos do Antigo Regime e as motivações do descarte documental, Ralph Kingston alerta para o facto da esmagadora maioria dos Historiadores do século XX, à semelhança do que ocorreria em plena Terceira República Francesa, defenderem que a noção de vandalismo acabaria por ser mais determinante do que os respetivos detalhes da destruição. De resto, apenas estudos pontuais de natureza empírica têm contribuído, positivamente, para a constituição de informações adicionais em matéria de atos de “vandalismo”, designação que o autor tende a questionar de forma crítica.

Vários episódios de destruição de documentação nos momentos iniciais da Revolução Francesa encontram-se reportados na vasta bibliografia e passíveis de investigação em virtude do acesso a periódicos e legislação da época, destacando-se a queima cerimonial de títulos feudais na comuna de Alais, em outubro de 1793, sob o eco “Vive la République”, bem como o célebre processo de seleção e consequente eliminação de registos e estatutos nobiliárquicos, na sequência da proposta de Lei apresentada por Nicolas de Condorcet e aprovada pela Assembleia Legislativa, tendo em vista “the anniversary of the abolition of nobility” (Idem, p. 4).

Ainda no tocante ao capítulo do valor dos Arquivos de Antigo Regime, Ralph Kingston remete para a primeira medida levada a cabo pelos revolucionários no domínio arquivístico, da qual registos cujos efeitos tivessem expirado seriam removidos dos respetivos depósitos e vendidos, atendendo ao lucrativo e proveitoso negócio do papel, considerado material de imensa necessidade em meados de 1794. Note-se que, perante as ordens emanadas pela Assembleia, os arquivistas tenderam a valorizar o presente, descurando o passado, na medida em que “their «vandalism» extended only to documents they believed no longer had practical use” (Idem, p. 4). Deste modo e no seguimento da tese advogada por Kingston, o número assinalável de acervos documentais e o excesso de documentação eram entendidos como um mero peso material e não, necessariamente, um fardo da História e do próprio passado. Consubstancia-se, portanto, a ideia de que uma parte deveras considerável dos documentos correspondentes a Arquivos do Antigo Regime, destruídos no período da Revolução Francesa, associa-se a questões pendentes da materialidade e às dificuldades logísticas. Portanto, sugere-se que o debate em torno do termo “vandalismo” deverá ter como mote e sobretudo presente “the financial, logistic, and administrative difficulties posed by the inheritance of large numbers of Old Regime depots” (Idem, p. 7).

Já num terceiro momento, o Investigador do Departamento de História da Auburn University explicita as políticas e práticas arquivísticas consagradas no pós-Termidor, mediante a ação da *Agence Temporaire des Titres*, órgão nacional independente, constituído e decretado no famoso diploma aprovado no Ano II, 7 Messidor. A criação do órgão supramencionado, à semelhança das restantes iniciativas plasmadas no decreto 7 Messidor, visava responder às sérias dificuldades e contradições impostas por um outro conjunto de leis, ainda implementadas na época de Maximilien de Robespierre. Na prática, os oficiais da *Agence Temporaire des Titres*, alertados para a necessidade imperiosa de evitar “atos de vandalismo bárbaro”, mesmo que tal motivasse conflitos de interesse com o Novo Regime, acabariam por ser bem-sucedidos quanto ao tratamento da “majority of the contents of Paris’s many archival depots (...) as well as many of the papers seized from *émigrés*” (Idem, p. 7).

Concomitantemente, é de notabilizar a resolução do órgão acima mencionado, referente à obrigatoriedade de serem disponibilizados, com alguma frequência, relatórios extensivos acerca do alcance, natureza e destino final da documentação, através de um sistema de classificação baseado nos *papiers au rebut*, *papiers à anéantir* e *papiers à conserver*. No entanto, Ralph Kingston sublinha que parte dos responsáveis pela *Agence Temporaire des Titres* ignorava, não raras vezes, o valor contemporâneo da documentação que catalogava, sendo esta composta por historiadores do Antigo Regime e oficiais que entendiam “«historical monuments» primarily of their connection to historical individuals or political *causes célèbres*” (Idem, p. 9). Apesar de tudo isto, é comumente atribuído um papel significativo ao Pós-Termidor e à própria *triage des titres* naquilo que diz respeito ao lançamento das bases da nova política de conservação documental.

Numa quarta etapa da sua argumentação, Kingston aborda a questão da memória do Novo Regime redirecionada para a administração revolucionária e o respetivo tratamento arquivístico da documentação do Antigo Regime. Na verdade, um dos mais complexos desafios em matéria de Arquivo, na sequência da Revolução Francesa, constituiu-se a necessidade de conciliar, com o devido aproveitamento, os destroços relativos ao Antigo Regime e as práticas inovadoras levadas a cabo pelo mais recente. No cômputo geral, tornar os documentos do regime anterior exequíveis e ao dispor dos revolucionários (Idem, p. 10). A este respeito, o autor apresenta o exemplo paradigmático do Comité de Segurança Pública, uma vez que, em 1794, fora ordenada a produção de um relatório das relações comerciais e diplomáticas estabelecidas entre a França e os mais próximos parceiros externos, concentrando-se em três cronologias distintas: 1648-1748, 1748-1788 e documen-

tação emitida a partir de 1793. Efetivamente, o Comité de Segurança Pública encarava o Arquivo “as a source of «facts», a guide to best practice when negotiating” (Idem, p. 11), pelo que muitos dos princípios ideológicos revolucionários acabaram por se conciliar à cultura político-diplomática europeia vigente, ainda percursora de grande parte dos preceitos do Antigo Regime.

Além do mais, Kingston propõe o caso do Ministério do Interior e o interesse demonstrado em registos administrativos e processuais afetos a instituições do Antigo Regime, conjugável com a construção de uma memória por parte dos Ministros revolucionários, entre os quais Jean-Antoine Chaptal. Destaque-se que o interesse supramencionado se materializou numa reclassificação dos Arquivos, de enorme utilidade para o Novo Regime, permitindo a comparação direta com os resultados obtidos pela administração antecedente, bem como a programação de linhas governativas baseadas em experiências prévias.

No entanto, as dificuldades de ordem prático-material inerentes a este projeto foram imediatas. De resto, a desordem, a inexistência de índices, devidamente preparados, a falta de espaço e de mão de obra qualificada comprometiam o sucesso da operação. Perante isto, os arquivistas “were forced to find more space or to make room in the depot they already used” (Idem, p. 11), sacrificando, não raras vezes, documentos tidos como redundantes. Neste sentido, Ralph Kingston advoga que estes episódios de destruição e descarte documental fundam um momento de rutura na História da Arquivística, na medida em que os arquivistas do Ministério “weighed New Regime documents as well as Old for destruction, agonizing over the possibility of a *fleuve d’oubli* sweeping through their records” (Idem, p. 13).

Por último, com o intuito de reforçar a sua tese acerca dos aspetos materiais, o autor norte-americano estabelece um quadro evolutivo do conceito de *respect des fonds*. Deste modo, alerta para a circunstância de a receção e o tratamento dos Arquivos ministeriais pelo Império Napoleónico introduzir uma mudança deveras significativa no tocante à prática arquivística, já que o respeito pela ordem original passaria, cada vez mais, a traduzir-se numa política regularizada. De facto, este elemento facilitaria o acesso à informação da documentação oriunda dos vários Ministérios, entre os quais o Ministério do Interior. Concomitante e progressivamente, os arquivistas franceses reconheciam a extrema importância da integridade dos respetivos Arquivos, pelo que uma circular expressa a 16 de abril de 1841 “ordered archivists in the Hôtel Soubise to organize their papers in *fonds* (...) subdivided by subject and ordered alphabetically, territorially, and by date” (Idem, p. 16).

Terminada a sua argumentação, Ralph Kingston conclui que a constituição do Arquivo moderno é fruto do desejo da administração revolucionária em documentar a sua própria memória e não de uma reinvenção da Memória Nacional, tendo em vista fins políticos. Por outro lado, defende que os Historiadores da atualidade tendem a descuidar, por completo, os aspetos materiais aquando do estudo das ações dos arquivistas e das respetivas motivações para a destruição ou conservação de títulos. No fundo, torna-se fulcral considerar que muitas dessas decisões justificam-se por princípios práticos (falta de espaço) e não por fundamentos ideológico-doutrinários.

Em suma, “The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive” assume-se uma notável iniciativa do Professor Doutor Ralph Kingston, revelando-se um importante contributo para a História dos Arquivos e, de um modo geral, para o estudo das Mentalidades e Cultura Contemporânea. Pertinentemente estruturado e marcado por uma organização dos conteúdos clara e oportuna, o artigo analisado viabiliza um exercício de reflexão aprofundado e rigoroso acerca da materialidade dos Arquivos modernos, partindo de considerações das práticas do Antigo e Novo Regime, num contexto primordial da evolução da Arquivística, isto é, a Revolução Francesa.

Referências Bibliográficas

- Kingston, R. (2011). The French Revolution and the Materiality of the Modern Archive. *Libraries & the Cultural Record*, 46(1), 1–25.
- Kingston, R. (2012). *Bureaucrats and Bourgeois Society: Office Politics and Individual Credit in France, 1789-1848*. Palgrave Macmillan.
- Kingston, R. (2014). Trading places: Accumulation as mediation in French ministry map depots, 1798-1810. *History of Science*, 52(3), 247–276.